

O AGIR COLETIVO PARA CRIAÇÃO DE OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DA VIDA SOCIAL: A ECONOMIA SOLIDÁRIA*

Luciene Rodrigues**

Casimiro Balsa***

Maria Elizete Gonçalves****

Resumo: Nos interstícios das formas mercantis dominantes desenvolvem-se formas alternativas de produção e de intercâmbio, fundadas em uma lógica que atende pela designação genérica de “economia solidária”. São espaços alternativos que, sob diferentes formas, começam a construir relações econômicas fundadas na complementaridade, na solidariedade, no intercâmbio que não obedece às leis de mercado. A presente comunicação tem por objetivo lançar um olhar sobre a realidade em que estão situadas algumas redes de solidariedade observando como as famílias buscam novas formas de trabalho e renda para enfrentar o problema do desemprego e do emprego precário. As redes de colaboração solidária imprimem uma dimensão social na economia e permitem aglutinar diversas estratégias individuais e coletivas que envolvem ações entre amigos, parentes e vizinhos no âmbito comunitário. Assim como o cooperativismo, a economia solidária nasce germinada à contestação social, à contestação de formas capitalistas de organização da produção e do trabalho. O novo associativismo nasce da solidariedade dos despossuídos e tem suscitado um conjunto heterogêneo de abordagens. (CRUZ & SANTOS, 2011) elencam quatro perspectivas: uma primeira que busca na economia solidária uma função social, como um processo de iniciativas de inclusão social; uma segunda, que enxerga a economia solidária como uma alternativa para o desenvolvimento local em contraposição à mundialização oligopólica do capitalismo; uma terceira, economia solidária como re-edição das ilusões do socialismo utópico; uma quarta, que vê a economia solidária como uma síntese dialética da resistên-

* Pesquisa financiada pela FAPEMIG – APQ 02207-14.

** E-mail: luciene.rodrigues@pq.cnpq.br. UNIMONTES / CesNova-UNL

*** E-mail: cm.balsa@fesh.unl.pt. Universidade Nova de Lisboa/CesNova

****E-mail: maria.goncalves@unimontes.br. UNIMONTES

cia social contra os efeitos do neoliberalismo. Neste estudo, a partir de informações fornecidas pelos sujeitos pesquisados procedemos uma análise do contexto social onde se desenvolvem as redes de solidariedade e as diferentes configurações dos sistemas de trabalho alternativos de sobrevivências. Mais do que uma amostra representativa do universo, esta se constituiu em etapa privilegiada para explorar o objeto, levantar questões e propor orientações metodológicas. Nesse sentido, a intenção residiu em observar as características ou performance dos indivíduos/famílias ou grupos nos seus espaços que aqui denominamos de *espaços de atributos* dos sujeitos. Com base nesse modelo analítico foram organizadas algumas tabelas contendo as características ou variáveis dentre as quais incluem variáveis como gênero; tipo de iniciativa (individual/familiar/grupo); participação no mercado de trabalho que inclui tipo de produção ou atividade – formal ou informal, distribuição dos trabalhadores/as nas ocupações – categorias ocupacionais. Os dados fornecidos possibilitaram compreender alguns dos fatores, motivos ou razões das quais partem as ações dos sujeitos.

Abstract: In the interstices of dominant forms of market, develop alternative practices of production and exchange founded in a logic that goes by the generic name of “solidarity economy”. They are an alternative space that, in different ways, beginning to build economic relations based on complementarity, solidarity, exchange that does not conform to the laws of the market. This communication aims to look at the reality in which they are located observing solidarity networks as families seek new forms of work and income to face the problem of unemployment and precarious employment. Solidary collaboration networks print a social dimension in the economy and allow clumping several individual and collective strategies that involve actions among friends, relatives and neighbors in the Community framework. As well as cooperatives, the solidarity economy is born which to challenge social challenge of capitalist forms of production and work organization. The new Association is born from the solidarity of the dispossessed and has sparked a heterogeneous set of approaches. (CRUZ & SANTOS, 2011) has made a list of four perspectives: a first search look for the social function of solidarity economy, as a process of social inclusion initiatives; a second, which sees the solidarity economy as an alternative to local development as opposed to the oligopoly internationalization of capitalism; a third, the solidarity economy as re-issue of illusions of utopian socialism; a fourth, sees a solidarity economy as a dialectical synthesis of social resistance against the effects of neoliberalism. In this study, from the information provided by the subject of the research, we analyze the social context where develop solidarity networks and setting up other alternatives of working systems of survival. More than a representative sample of the universe, this was on stage to explore the object, raise questions and propose a methodological program. In this sense, our intentions resided in observe the characteristics and performance of individuals/families or groups in

their spaces in which we denominated attribute spaces of the subjects. Based on this model we organized some analytical tables containing the defined variables from which include variables like gender; type of initiative (single/family/group); participation in the labor market, that includes type of production or activity - formal or informal, distribution of workers in occupations - occupational categories. The data made possible to understand some of the factors, motives and reasons of the subject's actions.

Palavras-chaves: Economia social; Economia Solidária; Empreendedorismo social; redes de solidariedade, Brasil.

Keywords: social Economy; Solidarity Economy; Social entrepreneurship; solidarity networks, Brazil

INTRODUÇÃO

Diante da crescente dificuldade de geração de renda a partir dos modelos tradicionais de crescimento da economia, têm surgido redes de solidariedade perceptíveis no campo da Economia Solidária e do empreendedorismo social. Em situações de exclusão, dificuldades e provação, muitas pessoas decidem unir-se aos seus pares para juntas formarem estratégias de manutenção da vida, do trabalho e emprego. O que se observa é o desenvolvimento de diversas atividades econômicas que desconectadas do grande capital passam a ser exercidas por trabalhadores autônomos, famílias, associações e cooperativas de produção. Nesse contexto, o desenvolvimento da economia solidária e do empreendedorismo social, a partir do capital social local, da formação de grupos de produção e da participação da população contribuem para ampliar o “espaço público” de indivíduos/famílias/grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Uma das motivações para a existência de redes de solidariedade dos setores populares na economia é a exclusão do emprego, dos processos de desenvolvimento, da distribuição de renda e do sistema econômico oficial. O processo de incorporação da solidariedade na economia é multifacetado e, portanto, várias são as situações e motivos pelos quais diversas pessoas têm acesso ou se aproximam para procurar alguma participação na Economia Solidária. Nesse sentido, a proposta do estudo é fazer uma análise das experiências econômicas de modo a observar seus aspectos econômicos, organizativos e sociais que apontam para outras formas de gerir o desenvolvimento social e territorial.

Para desenvolver o estudo, elegemos algumas iniciativas de geração de trabalho e renda que se desenvolvem no âmbito das redes expressas na economia popular composta por famílias que criam diversas estratégias econômicas individuais e/ou coletivas para manutenção da vida material e simbólica no Cerrado Norte Mineiro - Brasil.

No território de análise – o Cerrado norte mineiro, elegemos especialmente famílias e grupos da cidade de Montes Claros, embora alguns estejam em municípios vizinhos. Cerrado é o nome regional dado às savanas brasileiras, que abrange cerca de 23% do território brasileiro. É a segunda maior formação vegetal da América do Sul, depois do conjunto florestal amazônico. Além das particularidades do ecossistema, o Cerrado tem em uma sociedade e cultura próprias cujas economias e reprodução social dos grupos tradicionais encontram-se ameaçadas com o crescimento das grandes lavouras comerciais e de outras atividades do grande capital. As promessas da sociedade salarial, avivadas aqui e ali por conjunturas desenvolvimentistas, não se cumpriram na medida das expectativas que ela criou, sejam porque uma parte importante das populações que dela poderiam potencialmente beneficiar, são excedentárias em relação às suas necessidades ou não têm as competências ajustadas aos requisitos da produção. As cidades, sobretudo aquelas que, como Montes Claros, devem o seu crescimento exponencial aos movimentos de desagregação do mundo rural / crescimento urbano, concentram e têm de gerir estas populações e constituem territórios privilegiados para estudar os problemas socioeconômicos que as afetam.

Os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente quando no desenvolvimento das suas atividades econômicas e em ocasiões de participações em feiras de artesanato. No cômputo dos casos significativos (56 entre os 62 questionários aplicados), propôs-se com as informações fornecidas pelos sujeitos pesquisados fazer um análise estrutural do contexto social dos pesquisados. Mais do que uma amostra representativa do universo, esta se constituiu em etapa privilegiada para explorar o objeto, levantar questões e propor orientações metodológicas.

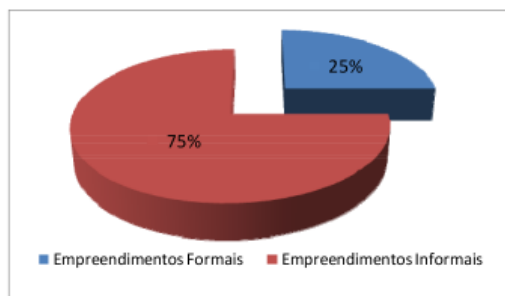
A intenção residiu em observar as características ou performance dos indivíduos/famílias ou grupos nos seus espaços que aqui denominamos de *espaços de atributos* dos sujeitos. Os dados fornecidos possibilitaram compreender alguns dos fatores, motivos ou razões das quais partem as ações dos sujeitos.

1 CONSTRUÇÃO CONCEITUAL EMPÍRICA

No plano empírico, a nossa pesquisa é pautada por uma abordagem exploratória e compreensiva. A orientação exploratória justifica-se pela extensão do território visado – a região do cerrado norte mineiro, que apontamos como quadro sócio histórico, complexo geopolítico e meio sócio ecológico de referência do nosso estudo. Os determinantes estruturais que resultam deste enquadramento e que serão considerados sempre que possível, não podem levar a ocultar a grande diversidade das situações que aí podem ser vivenciadas nas áreas temáticas que nos interessam. Mais do que procurar, neste momento, a representatividade de posições no interior do território de referência, interessa-nos a sua significatividade, isto é, as formas (no sentido simmeliano) em torno das quais os atores tecem o seu labor quotidiano com vista à geração de renda.

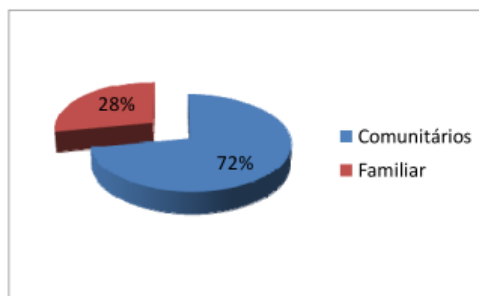
A maior parte dos Empreendimentos Solidários encontra-se na informalidade. O GRAF. 1, mostra que $\frac{3}{4}$ dos empreendimentos estão na informalidade contrapondo apenas $\frac{1}{4}$ que se encontram em situação formal.

Gráfico 1 - Situação dos Empreendimentos Solidários quanto à Formalização



Fonte: dados da pesquisa de Campo

Gráfico 2 - Tipos de Empreendimentos Solidários



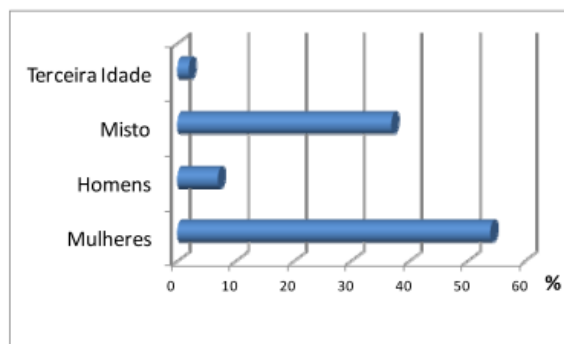
Fonte: dados da pesquisa de Campo

A solidariedade nos Empreendimentos nem sempre é comunitária, constituída por um grupo de pessoas que vivem próximas e se juntam para desenvolver uma dada atividade. Em muitos casos, a atividade é desenvolvida no âmbito das famílias, conforme mostram os dados do GRAF. 2, em que 72% das atividades dos empreendimentos são comunitárias e 28% familiar.

O GRAF. 3 se refere à composição dos grupos com relação ao gênero e geração. Os dados mostram que 54% dos Empreendimentos são compostos

por mulheres; 37% são mistos, isto é, contam com mulheres e homens; 7% são compostos apenas por homens; e 2% são compostos por pessoas da terceira idade.

Gráfico 3 - Composição dos Empreendimentos com relação a gênero e geração



Os Empreendimentos Solidários nem sempre contam com um local próprio de funcionamento. Há uma diversidade de situações solidárias inclusive na própria localização. Alguns funcionam em locais cedidos pelas Associações de Moradores, outros em casas dos associados, em galpões de Igrejas e Organizações, em locais próprios ou alugados, entre outras situações. Dos grupos pesquisados, verificou-se que 51% dos empreendimentos se localizam na própria casa dos componentes do grupo; 9% dos empreendimentos são ambulantes; 11% possuem imóvel próprio; 4% dos empreendimentos se situam apenas em feiras; 8% se localizam em imóvel alugado; e, 17% possuem outros tipos de localização dos seus empreendimentos.

No que refere à corresponsabilidade e apoio do Estado e da Sociedade Civil para com as iniciativas de Economia Solidária, verifica-se que a maioria dos Empreendimentos Pesquisados não recebem apoios. Segundo seus informantes, 74% não recebem nenhum tipo de ajuda governamental. Apenas 26% informaram receber algum tipo ajuda do governo. GRAF. 4.

Segundo os entrevistados, o apoio da Sociedade Civil ainda é pequeno, embora um pouco maior que o do Estado. Os dados do GRAF. 5 mostram que 30% dos informantes dos Empreendimentos afirmaram receber algum tipo de ajuda da sociedade civil; 70% não recebem nenhum tipo de ajuda da sociedade civil.

Com relação às Redes e parcerias estabelecidas entre os pares de Empreendimentos Solidários, nota-se que é mais elevada: cerca de 73% dos Empreendimentos tem algum tipo de parceria com outros empreendimentos; 27% não possuem nenhum tipo de parceria com outros empreendimentos, como mostra o GRAF. 6.

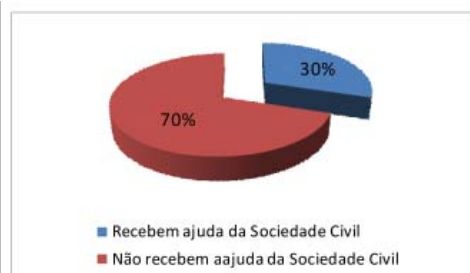
Inquiridos sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos Empreendimentos, a maioria afirma ser de natureza econômica, relacionadas com recursos para a produção e acesso a mercados, como aponta o GRAF. 7. Todavia, mesmo com dificuldades, sejam elas econômicas ou relacionadas a outros aspectos, nota-se uma determinação muito grande dos associados em seguir em frente com o desenvolvimento das atividades associativas, em que 91% dos entrevistados afirmam que pretendem continuar as atividades.

Gráfico 4 - Proporção de Empreendimentos que recebem apoio do Estado



Fonte: Pesquisa de Campo

Gráfico 5 - Proporção de Empreendimentos que recebem apoios da sociedade civil



Fonte: Pesquisa de Campo

Gráfico 6 - Empreendimentos que tem parceria com outros empreendimentos



Fonte: Pesquisa de Campo

Gráfico 7 - Principal dificuldade enfrentada pelos Empreendimentos

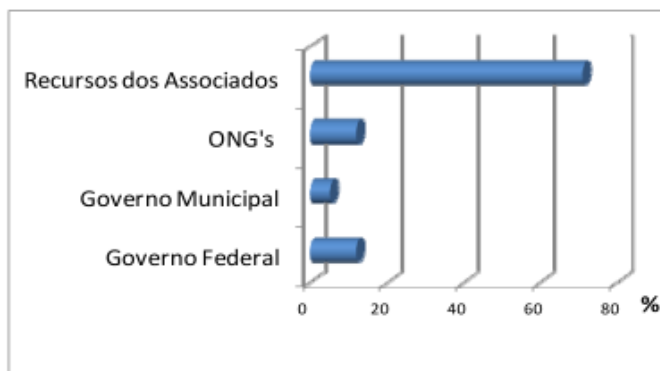


Fonte: Pesquisa de Campo

Para grande parte dos Empreendimentos Solidários, as Feiras constituem uma oportunidade importante para a realização da venda de seus produtos, sendo o principal meio de acesso ao mercado. Além da venda dos produtos, as Feiras constituem um momento de socialização, interação entre associados de diferentes Empreendimentos, trocas, encontros e lazer. É um momento de ver o que os outros grupos estão produzindo, ter ideias para inovar a produção, fazer contatos, deixar seus produtos serem conhecidos pelo público.

Os recursos monetários para o desenvolvimento das atividades dos Empreendimentos são de natureza diversa, desde os recursos próprios, a ajudas de ONGs e do próprio Governo. O GRAF. 8 mostra que 71% dos empreendimentos funcionam com recursos dos próprios associados; 12% contam com ajuda do governo federal; outros 12% contam com o apoio de organizações da sociedade civil; 5% contam com o apoio de governos municipais.

Gráfico 8 - Origem dos recursos dos Empreendimentos Solidários



Fonte: Pesquisa de Campo

3 PROPOSTA METODOLÓGICA PARA UM MODELO ANALÍTICO DAS DIVERSAS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Após apresentação de alguns dados empíricos, buscamos sistematizar os materiais coletados. Para além das suas orientações específicas, que distinguem os Empreendimentos no seio do movimento social, elas se diferenciam umas das outras pela forma como elas se posicionam face às múltiplas formas como a ação se apresenta no terreno.

A *vertente institucional* permite definir as orientações que caracterizam os dispositivos de intervenção e os distinguem de outros investimentos similares. As propostas de criação de oportunidades de emprego e de renda podem ter motivações diversas:

1) Finalidades políticas, sociais e econômicas. A este nível podem ser distinguidos os programas orientados pelo objetivo de integração dos empreendimentos na racionalidade econômica instrumental (maximização do lucro), daqueles que, não descurando a rentabilidade econômica dos empreendimentos, procuram, no essencial, maximizar os seus benefícios sociais (criação e repartição de emprego sustentada – econômica, cultural e ecologicamente - num território de referência)

2) Enquadramento ideológico, político, jurídico ou financeiro significativo para definir as orientações que regulam o programa de trabalho;

3) Nível de alcance territorial (local / comunitário / nacional / internacional)

4) Funções assumidas (técnicas ligadas a fatores de produção / sociais visando, por exemplo, o estabelecimento de relações sociais de solidariedade, de responsabilidades / simbólicas ou culturais, na medida em que é visada, por exemplo, a proteção de identidades, de práticas culturais específicas associadas a patrimônios que se querem preservar / pedagógicas, quando a função é de socializar os destinatários aos valores inscritos na missão do dispositivo ou a determinados padrões de comportamento ou de representações, à utilização de determinados recursos, etc.). Claro que estas funções não se exercem, geralmente de forma isolada, mas combinam-se em estratégias de ação que são moduladas, provavelmente, pelas características das populações associadas ou pelas fases de amadurecimento do movimento social que é promovido.

Na base da sua organização prática, podemos considerar os critérios que permitem identificar o perfil do Empreendimento e a sua relação com o contexto significativo para a atividade desenvolvida (comunidade ou mercado).

1) Relação do Empreendimento à iniciativa que os integra no movimento da economia solidária. Na medida em que o objeto da pesquisa se concentra em empreendimentos de economia solidária, não faz sentido considerar projetos isolados, qualquer que sejam as modalidades de organização.

Tampouco pertencem à economia solidária projetos cuja única característica é de se apresentarem agrupados. O único critério que nos parece adequado para considerar um empreendimento dentro da “economia solidária” é a inscrição de alguma das dimensões da sua atividade neste movimento, quaisquer que sejam, aliás, os conteúdos mais ou menos solidários das suas práticas. No essencial, podemos distinguir associações que se constituíram horizontalmente, a partir da vontade dos seus membros, daquelas que aderiram a um programa institucional de economia solidária que se oferece como um molde específico de enquadramento da ação. Podemos ainda considerar uma situação intermédia, quando a mobilização se faz de forma vertical, partindo do centro de iniciativa de uma associação para os empreendimentos ou investimentos singulares, mas que adotam um regime de cooptação dos seus membros, com base nos membros que, entretanto aderiram. Esta relação à iniciativa distingue, em princípio, os níveis de autonomia que os associados têm em relação aos projetos, podendo considerar-se, por hipótese, que uma associação cooperativa deterá um maior controle e capacidade de iniciativa sobre a produção das suas orientações e modos de funcionamento do que os empreendimentos que são pautados por modelos definidos fora dos grupos. Esta relação de autonomia/dependência pode ser detalhada por meio da distinção dos diferentes momentos do ciclo produtivo (financiamento, produção e comercialização), que podem ser objeto de tratamentos diferentes.

2) Tipo de bens produzidos (materiais / serviços / simbólicos ou culturais)

3) Setor(es) privilegiados das atividades desenvolvidas

4) Posição na repartição técnica da produção (promoção ou financiamento / organização / comercialização / produção)

Na relação das iniciativas com os contextos significativos para a atividade desenvolvida (comunidade ou mercado), podemos considerar:

1) Sustentabilidade do Programa. Neste plano, consideramos os níveis de interdependência existentes entre as atividades singulares que constituem uma associação ou empreendimento específicos. Esta interdependência pode ser considerada no plano interno da associação: os investimentos singulares dos membros podem estar funcionalmente integrados entre si ou, pelo contrário, apresentarem se forma atomizada (cada um desenvolve a sua atividade independentemente dos outros, mesmo se podem existir mecanismos

de solidariedade, por exemplo, no plano do financiamento – bancos populares). No plano externo, podemos considerar modos ou níveis de integração dos projetos de um grupo com outras atividades que se desenvolvem fora do grupo (em princípio, na economia “tradicional”). Considerando estes dois tipos de integração, distinguimos três posições modais que podem marcar a sustentabilidade dos empreendimentos: i) A interdependência verifica-se no interior e no exterior do grupo; ii) A interdependência ocorre no interior, mas não com o exterior e iii) A interdependência não se verifica a nenhum dos níveis. (Excluimos a possibilidade em que haveria integração no exterior sem haver integração no interior, na medida em que nesta posição a sustentabilidade não é controlada pelo grupo, podendo sê-lo por uma das unidades que lhes estão agregadas).

2) Âmbito territorial do empreendimento: local/ itinerante / internacional)

3) Tipo de clientes (individuais / institucionais)

4 EFEITOS TIPOLOGICOS E GRELHAS DE ANÁLISE

As dimensões anteriormente elencadas não têm a mesma importância quando consideramos a sua capacidade para diferenciar os empreendimentos. Com efeito, determinados tipos de projetos são marcados por uma ou outra dessas dimensões que lhes delimitam os seus significados essenciais. Considerando a generalidade das iniciativas, que nos interessa apreender, parece-nos importante proceder a um esforço de hierarquização, que poderá sempre ser reformulado, para que possamos produzir efeitos tipológicos ou grelhas de análise susceptíveis de orientar o nosso olhar e ajudar na interpretação da grande variedade das situações empíricas encontradas.

Neste sentido, vamos considerar que três das dimensões apresentadas – uma em cada um dos grupos delimitados – podem produzir efeitos de classificação mais discriminantes e permitir, assim, construir espaços de atributos onde poderá entrar a extrema diversidade das experiências empíricas com as quais os terrenos da ação nos confrontam.

No plano da sua ancoragem institucional, vamos considerar como determinantes as finalidades dos programas de trabalho ou projetos associativos, distinguindo, como o fizemos acima, duas orientações modais: os programas são movidos, em primeira instância, por uma racionalidade

instrumental e econômica ou eles visam, em primeiro lugar, produzir efeitos sociais ou culturais, mesmo se através de atividades susceptíveis de aceder ao emprego e renda.

No plano da caracterização dos empreendimentos singulares, consideraremos que a relação à iniciativa e ao controle das diferentes fases de concretização do projeto (financiamento, produção e comercialização) são determinantes, distinguindo, aqui, uma posição de autonomia ou ao contrário de dependência dos produtores em relação aos elementos necessários à concretização dos processos nos quais eles estão implicados.

Finalmente, no que respeita à relação das iniciativas com os contextos significativos para a atividade desenvolvida (comunidade ou mercado) consideramos mais importante a sustentabilidade das iniciativas quer no plano interno, quer no plano externo.

Numa primeira aproximação, vamos construir uma substrução a partir das duas primeiras dimensões consideradas, esperando poder beneficiar dos efeitos tipológicos assim produzidos conforme TAB. 1.

Tabela 1: Efeitos tipológicos considerando as Finalidades dos Programas (em coluna) e a relação à Iniciativa (em linha)

Efeitos tipológicos considerando as Finalidades dos Programas e a Relação à iniciativa		Finalidades dos Programas	
		Instrumental	Social
Relação à iniciativa	Autonomia	1- <u>Autogestão de iniciativas orientadas, em ordem principal, para fins instrumentais</u> Associação de atividades/processos singulares, organizadas pelos próprios, que visam, em primeira instância, manter ou criar emprego e/ou determinados níveis de renda, para eles mesmos. (Cooperativas econômicas)	3- <u>Autogestão de iniciativas orientadas, em ordem principal, para a promoção global de grupos ou comunidades</u> Programas sociais (ação comunitária) ou econômicos (cooperativas) que visam, em primeira instância, produzir efeitos sociais, apoiando-se em atividade de promoção emprego/renda. (Projetos de promoção local de grupos ou de comunidades)
	Dependência	2- <u>Relação Instituição/ beneficiário através de ação condicionada limitada e seletiva</u> Intervenção especializada e condicionada, operando no âmbito ou na dependência de programas oficiais de apoio à entrada no mercado de trabalho e/ou à obtenção ou melhoria de renda. (Programas oficiais ou 3º setor)	4- <u>Relação Instituição/ beneficiário através de ação multidimensional não condicionada e não seletiva</u> Intervenção de grupos do movimento social instituído com o objetivo de apoiar iniciativas de criação de emprego e obtenção de renda. (Programas oficiais ou 3º setor)

Fonte: Elaboração nossa

É claro que cada tipo direciona para orientações modais, possíveis de se associarem nas experiências empíricas concretas. A este nível, tratar-se-ia, sobretudo, de identificar o locus da iniciativa e o sentido modal da ação, para perceber, em seguida, como as diferentes orientações se podem associar ao nível de estratégias específicas de ação.

A outro nível, para tornar mais operante este esforço de classificação, é importante considerar que a ação, e a ação de projetos que visam a promoção de indivíduos e comunidades através do emprego e da melhoria da renda, não é monolítica. Quer dizer que podemos decompor as diferentes fases de uma intervenção, que pode ser um processo produtivo, para distinguir as orientações que as marcam. Por exemplo, um empreendimento individual pode estabelecer uma relação de dependência com uma Instituição de apoio, mas conduzir de forma completamente independente o processo de produção e de comercialização. Na TAB. 2, sugerimos o quadro analítico de referência que pode ser considerado para analisar as situações concretas:

Tabela 2 - Desenvolvimentos empíricos da tipologia resultante dos efeitos tipológicos apresentados na tabela 15.

Fases do processo consideradas	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
Financiamento	Recursos próprios Autonomia	Políticas Públicas Dependência	3º Setor Dependência	Comunitário Dependência
Produção	Material/ simbólica	Material/ simbólica	Material/ cultural	Social/ simbólica
Comercialização	Local	Itinerante	Internacional	Plural
Financiamento + Produção	Isolado	Rede	Cooperativa	Associação
Financiamento + Comercialização	Isolado	Rede	Cooperativa	Associação
Produção + Comercialização	Isolado	Rede	Cooperativa	Associação
Financiamento + Produção + Comercialização	Isolado	Rede	Cooperativa	Associação

Fonte: Elaboração nossa

Numa segunda aproximação do nosso esforço de classificação das atividades, podemos sistematizar a relação das iniciativas com os contextos significativos para a atividade desenvolvida (condições de sustentabilidade) dicotomizando, para simplificar o raciocínio, as posições que podem assumir a integração das atividades entre si e a relação das atividades com o exterior (TAB. 3).

Tabela 3 - Orientações da Sustentabilidade

Orientações da sustentabilidade		Integração interna dos projetos	
		Sim	Não
Integração das atividades com atividades externas	Sim	Sustentabilidade interna e externa	(Não considerada)
	Não	Sustentabilidade interna mas não externa	Sem sustentabilidade

Fonte: Elaboração nossa

Obtemos, assim, um novo efeito tipológico que permite distinguir 1) os empreendimentos que têm a sua sustentabilidade interna e externa asseguradas; 2) os que conseguem assegurar uma sustentabilidade interna mas não externa e, finalmente, os que não asseguram nenhum dos níveis de sustentabilidade (desprezamos a quarta posição por considerarmos que os empreendimentos que não asseguram a sua sustentabilidade interna, se o conseguem no exterior, isso não poderá ser creditado ao grupo em que está inserido e que nos interessa aqui melhor conhecer).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em situações de dificuldades e provação, muitas pessoas decidem unir-se aos seus pares, talvez movidas pelas memórias do agir coletivo do mundo rural ou de seus ancestrais, para juntas formarem estratégias de manutenção da vida. Seja pela motivação da tradição do mundo rural, pelas dificuldades de ingresso no mercado de trabalho formal, ou por outros motivos que explicam o porquê de diversas pessoas se aproximam para procurar alguma participação na Economia Solidária, o processo de incorporação da solidariedade nas práticas econômicas é multifacetado.

A maior parte dos Empreendimentos Solidários encontram-se na informalidade (cerca de 75%) e nem sempre contam com local próprio para funcionamento. Há uma diversidade de situações solidárias inclusive na própria localização. No que refere à corresponsabilidade e apoios do Estado e da Sociedade Civil para com as iniciativas de Economia Solidária, verifica-se que a maioria dos Empreendimentos Pesquisados não recebe apoio. Segundo os entrevistados, o apoio da Sociedade Civil ainda é pequeno, embora um pouco maior que o do Estado. Com relação às Redes e parcerias estabelecidas

entre os pares de Empreendimentos Solidários, nota-se que é mais elevada: cerca de 73% dos Empreendimentos têm algum tipo de parceria com outros empreendimentos.

No estudo exploratório dos processos de trabalho dos indivíduos/famílias/grupos ligados à Economia Solidária, encontramos recursos que as diferenciam, como também recursos que são similares. O estudo apresentou uma proposta metodológica de modo a olhar o conjunto dos Empreendimentos considerando critérios que permitem identificar o perfil do projeto ou atividade singular e a relação das iniciativas com os contextos significativos para a atividade desenvolvida (comunidade ou mercado). O perfil do projeto ou atividade singular pode ser considerado a partir da: **(i)** relação dos Empreendimentos à iniciativa que os integra no movimento da economia solidária; **(ii)** Tipo de bens produzidos (materiais / serviços / simbólicos ou culturais); **(iii)** Setor(es) privilegiados das atividades desenvolvidas; **(iv)** Posição na repartição técnica da produção (promoção ou financiamento / organização / comercialização / produção).

A relação das iniciativas com os contextos significativos para a atividade desenvolvida (comunidade ou mercado), podem ser avaliadas com base na **(i)** Sustentabilidade do Programa. Neste plano, consideramos os níveis de interdependência existentes entre as atividades singulares que constituem uma associação ou empreendimento específicos. Esta interdependência pode ser considerada no plano interno da Associação: os investimentos singulares dos membros podem estar funcionalmente integrados entre si ou, pelo contrário, apresentarem se forma atomizada (cada um desenvolve a sua atividade independentemente dos outros, mesmo se podem existir mecanismos de solidariedade, por exemplo, no plano do financiamento – Bancos Comunitários). No plano externo, podemos considerar modos ou níveis de integração dos projetos de um grupo com outras atividades que se desenvolvem fora do grupo (em princípio, na economia “tradicional”). Considerando estes dois tipos de integração, distinguimos três posições modais que podem marcar a sustentabilidade dos empreendimentos: *a)* A interdependência verifica-se no interior e no exterior do grupo; *b)* A interdependência ocorre no interior, mas não com o exterior e *c)* A interdependência não se verifica a nenhum dos níveis. **(ii)** Âmbito territorial do empreendimento: local / itinerante / internacional); **(iii)** Tipo de clientes (individuais / institucionais), entre outras variáveis.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Yara Mendes Cordeiro; Rodrigues, L.(2008). Uma outra racionalidade econômica acontece em Montes Claros-MG: A solidariedade através do fator trabalho nos Bancos Comunitários. In: XIII seminário sobre economia mineira, 2008, Diamantina, MG. Brasil. XII Seminário sobre a Economia Mineira.

BALSA, Casimiro. (org.) (2006). Confiança e Laço Social. Lisboa, ed, Colibri / CEOS Investigações Sociológicas.

BOURDIEU, P. (2006). As estruturas sociais da economia. Lisboa, Campo das Letras.

BOURDIEU, P. (1989). O poder simbólico. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant (2008). A Reemergência das redes de solidariedades microterritoriais na formatação da política social contemporânea. In: São Paulo Perspect: v.11(4):16-21. Disponível em <http://www.seade.gov.br/ produtos/ssp/ v11 n 04-02. pdf>. Acesso em 02/06/2011.

CASTEL, R. (1998). As metamorfoses da questão Social. Uma crônica do salário. Petrópolis, Vozes, 5ª, ed. Original: Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat. Paris, Ed. Fayard (1995).

CASTEL, R. (2006). Classes sociais, desigualdades sociais, exclusão social. In: Casimiro Balsa, Lindomar Wessler Boneti & Marc-Henry Soulet (Org.). Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social: Uma abordagem transnacional. Ijuí, Ed. da Unijuí.

CASTELLS, M. (1999). A sociedade em redes. São Paulo, Paz e Terra.

DRAIBE, S. & AURELIANO, L. (1989). A Especificidade do Welfare state brasileiro, Economia e Desenvolvimento. Brasília: MPAS/CEPAL

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de Laville, Jean-Louis (2004). Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

HESPANHA, P. & CARAPINHEIRO, G. (orgs.) (2001). *Risco Social e Incerteza. Pode o Estado Social Recuar mais?* Porto, Edições Afrontamento.

LAVILLE, Jean Louis (2004). *Com Mauss e Polanyi: Rumo a uma teoria da economia plural*. In: Martins, Paulo Henrique; Nunes, Brasilmar Ferreira (orgs.). *A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Pararelo 15.

LAVILLE, Jean Louis. *Economia Plural* (2009). In: PEDRO, Hespanha *et al.* *Dicionário internacional da outra economia*. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra.

MARTINS, José de Souza (1997). *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MAUSS, Marcel (2001). *Ensaio sobre a dádiva: Introdução de Claude Levi STRAUSS*. Perspectivas do homem. Lisboa Portugal.

MEDEIROS, M. (2001). *A trajetória do Welfare State no Brasil. Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos anos 1930 aos anos 1990*. Brasília, IPEA. TD. 852

MONTAÑO, Carlos (2002). *Terceiro Setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez.

PAUGAM, S. (1991). *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris: Presses universitaires de France.

PINTO, J. R. L (2006). *Economia Solidária: De volta à arte da associação*. Porto Alegre, Ed, da UFRGS.

POCHMANN, Márcio (2006). *Desempregados do Brasil*. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Baitempo..

POLANYI, Karl (2000). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.

RAZETO, Luis (1991). *Laveine populaire dans l'économie Latino -americaine*. Larevve Nouvelle, n° 2 tome 93.

RAZETO, Luis (1997). O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. Revista proposta. Nº 75.

ROSANVALLON, P. (1995). La nouvelle question sociale – repenser l’Etat Providence. Paris, Seuil.

ROSANVALLON, Pierre (1997). A crise do Estado Providência. Goiânia: UnB/ UFG.

Santos, Milton (1979). O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Coleção Ciências Sociais, 1979.

SENAES. Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2006. Brasília: MTE, SENAES. Disponível em <http://www.centraldocerrado.org.br/cerrado>.

SIES, Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária: 2005/2007.

SINGER, Paul (2005). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SINGER, Paul (2003). Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; Souza, André Ricardo de (orgs.). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto.

SINGER, Paul. SOUZA; André Ricardo de. (orgs.) (2003). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto.

SOUZA, Jessé (2009). A ralé brasileira: quem e como vive. SOUZA, Jessé (org.). Belo Horizonte: UFMH.